

**EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS
TIPO MENOR PREÇO.**

Nº 015/06.

De 22 de dezembro de 2006

ORIGEM: PEDIDO DE COMPRAS/SERVIÇOS Nº: 1147/2006.
SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.
DATA DE ABERTURA: 08 DE JANEIRO DE 2007.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL **HORÁRIO:** 14:00 HORAS

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL/RS, torna público para conhecimento dos interessados, que às **14:00hs (quatorze horas) dia 08 de janeiro de 2007**, realizará a licitação acima indicada, a qual será processada e julgada em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como de acordo com as condições deste Edital, tendo por finalidade **contratação de empresa(s) para prestação dos serviços**, abaixo relacionados, cuja direção será realizada por sua Comissão Permanente de Licitações.

01 - OBJETO DA LICITAÇÃO.

01.01 - Contratação de empresa para prestação serviços de 1.000h (Mil horas) de Trator Agrícola, com operador especializado, com potência mínima de 70cv, tracionado, ano de fabricação a partir de 1999, equipado com no mínimo: arado de disco, subsolador, grade e ensiladeira fixa e móvel, para atender os produtores rurais deste município, dentro do Programa de Silagem e Preparo do Solo para plantio da Safra 2007, da Secretaria Municipal de Agricultura, regulamentado pelo Decreto Nº 059/06, de 13 de dezembro de 2006.

02 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA.

Os recursos necessários para atender as despesas advindas da contratação com base nesta tomada de preço, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.
UNIDADE	02 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA.
Atividade	2084 – INCENTIVO A PROD. VEGETAL - SERVIÇOS
3.3.90.39.99.10	Serviços com Máq. e Equip. Agrícolas e Rodoviários (7262)

03 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

03.01 - Poderão participar desta licitação, qualquer empresa regularmente constituída, que não esteja em processo de concordata e que atendam as exigências deste Edital.

04 - FASES DA LICITAÇÃO.

04.01 - Esta licitação será realizada em duas fases: a primeira de Habilitação; a segunda de Proposta Financeira. Os documentos deverão ser entregues em envelopes opacos, lacrados e indevassáveis.

05 - DOCUMENTOS EXIGIDOS.

05.01 - Fase de habilitação.

05.01.01 – Deverão ser apresentados os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada previamente, por Tabelião ou por Servidor Público ou ainda, poderá ser autenticada a cópia as vistas do original. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em 01 (uma) via, não podendo ser manuscritos, nem apresentar emendas, rasuras, entrelinhas ou serem ilegíveis; deverão, ainda, ser datados e assinados por seu representante legal, quando expedidos pela própria firma:

- a) Certificado de Registro de Fornecedor, do Município de Boa Vista do Sul, atualizado, cadastrado até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, ou Registro Cadastral de outro Órgão Público atualizado;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação dos certificados correspondentes;
- c) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que a mesma não foi declarada inidônea para participar em licitações ou para contratar com o Poder Público (Anexo II deste Edital);
- d) Contrato social e alterações ou Declaração de Firma Individual e alterações, ou ainda, Contrato Social Consolidado, conforme o caso;
- e) Certidão negativa de falências e concordatas, fornecidas pelo distribuidor do Foro da Comarca onde está sediada a licitante, com vencimento não superior a 30 (trinta) dias;
- f) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União, Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal da licitante e na forma da Lei;
- g) Declaração de que não emprega menores de idade em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Anexo V;
- h) Em se tratando de cooperativa, apresentar declaração no sentido de que será a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, bem como pelos cooperados de sua equipe.

A empresa licitante deverá entregar a Comissão de Licitações separadamente dos envelopes documento credenciando o representante da proponente na licitação, desde que não conste nos atos constitutivos como gerente, diretor ou proprietário (Anexo III deste edital). O documento de credenciamento será retido pela Comissão de Licitação e juntado ao processo licitatório;

05.01.02 - No caso dos documentos mencionados nos subitens “05.01.01” não fixarem prazo de validade, será considerado 30 (trinta) dias a contar de sua emissão.

05.01.03 - O licitante que deixar de apresentar os documentos exigidos nesta fase, será inabilitado, sendo-lhe, então, devolvido o Envelope nº 02, de Proposta Financeira, ainda, fechado.

05.02 - Fase de Proposta Financeira:

05.02.01. As propostas deverão ser datilografadas, datadas e assinadas pelo representante legal da licitante, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas, podendo ser utilizado o Anexo IV deste Edital, contendo necessariamente as seguintes condições:

1. Preço unitário por hora trabalhada e preço total;
2. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes;
3. Nos preços cotados deverão estar incluídos impostos, taxas, transporte e qualquer ônus incidente;
4. A cotação de preço deverá ser feita para pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, sendo que o valor cotado permanecerá em vigor durante a vigência do futuro contrato;
5. Não serão aceitas propostas com preço superior ao Demonstrativo de Orçamento (Anexo VI), parte integrante do presente Edital;

6. Será desconsiderada proposta que deixar de atender, no todo ou em parte, qualquer disposição deste Edital, assim como àquelas manifestamente inexeqüíveis.

06 - FORMA DE APRESENTAÇÃO.

06.01 - Os envelopes contendo os documentos relativos às fases desta licitação, terão a seguinte apresentação (endereçamento):

a) ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL
 LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06.
 DATA E HORA (RECEBIMENTO DOS ENVELOPES).
 NOME DA EMPRESA LICITANTE (dispensado se o envelope for timbrado).

b) ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA:

PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 02
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL
 LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06.
 DATA E HORA (RECEBIMENTO DOS ENVELOPES).
 NOME DA EMPRESA LICITANTE (dispensado se o envelope for timbrado).

07 - RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA FINANCEIRA - ABERTURA E JULGAMENTO.

07.01 - Os envelopes de habilitação e proposta financeira, serão recebidos no Departamento de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Emancipação, nº 2.470, até o dia 08 de janeiro de 2007, às 14:00 (quatorze horas).

07.02 - Os envelopes recebidos serão abertos na ordem das fases desta licitação, lavrando-se ata circunstanciada.

07.03 - Ocorrendo qualquer incidente que importe em recurso, após a abertura dos envelopes da fase de habilitação, até o julgamento, os envelopes de proposta financeira serão colocados em um envelope e lacrados, com a assinatura de todos os licitantes presentes no respectivo lacre, sendo deslacrados para a retirada dos envelopes de proposta financeira, em data e hora a ser marcada pela Comissão Permanente de Licitações, após julgamento e decisão dos respectivos recursos, e, se for o caso, devendo ser os concorrentes intimados da data e hora antes mencionada, quando serão abertos, ditos envelopes, na forma do item 07.02.

07.04 - Em qualquer fase desta licitação, havendo a renúncia expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recurso nos termos do Artigo 109 da Lei régia, a mesma poderá prosseguir com a prática dos atos subseqüentes.

07.05 - Esta licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR HORA** trabalhada de trator agrícola, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, declarando-se vencedor, o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para cada produto, objeto deste Edital.

07.06 - Como critério geral, no julgamento em cada fase, serão observadas as disposições dos Artigos 43, 44 e 45 da Lei Federal nº 8.666/93, realizando-se sorteio público em caso de empate entre duas ou mais propostas, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 45, da mesma Lei.

07.07 - Para fins de julgamento das propostas, se tratando de cooperativa de trabalho, somar-se-á ao preço ofertado na proposta financeira 15% (Quinze por cento) a título de contribuição previdenciária a cargo da Administração, nos termos do Artigo 22, inciso IV, da Lei Federal nº 8.212/91 (com a redação da Lei nº 9.876/99 c/c Artigo 15, inciso I da Lei 8.212/01).

07.08 - Em caso de inabilitação de todos licitantes ou todas as propostas forem desclassificadas a Administração fixará novo prazo para apresentação de documentação na forma do § 3º, do Artigo 58, da Lei Federal Nº 8.666/93.

08 – DO PAGAMENTO.

08.01 - Os pagamentos serão efetuado mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e da apresentação da respectiva Nota Fiscal.

08.02 - A Contratada, para recebimento das parcelas, deverá comprovar o recolhimento do FGTS e INSS do mês da prestação dos serviços. A Contratada ficará sujeita a matrícula do INSS ou retenção para a seguridade Social, no que couber, sendo processadas as retenções a título de contribuição previdenciária conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 03, de 14 de julho de 2006.

08.03 – Quando a empresa tiver sua sede no Município de Boa Vista do Sul, os valores referentes ao ISSQN serão cobrados de forma mensal, de acordo com o constante no Código Tributário Municipal. Já quando a empresa for sediada em outro Município, no ato do pagamento será cobrado 2% (dois por cento) a título de ISSQN sobre o valor total da Nota Fiscal.

09 - A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

09.01 - A empresa vencedora, deverá comprovar através de documentação hábil, o ano de fabricação do(s) trator(es), bem como a sua potência, que deverá ser no mínimo o equivalente ao exigido no item 01 (objeto).

09.02 - Esgotados os prazos e as instâncias recursais na forma do Artigo 109 da Lei régia, o licitante cuja proposta foi homologada como vencedora, será chamado para celebrar o contrato que integra esta licitação (Anexo I deste edital), mediante comunicação expressa, devendo fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que receber a comunicação.

09.03 - Expirado o prazo para celebração do contrato sem a celebração do mesmo, será convocado o licitante que tiver melhor classificação, para celebrar contrato nas mesmas condições do licitante desistente.

09.04 - Ao vencedor do certame que se recusar a assinar contrato, serão aplicadas as sanções legais cabíveis, de acordo com o Artigo 81 da Lei 8.666/93.

09.05 - O contrato celebrado a partir desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no Artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Lei 8.666/93, a critério da administração.

10 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.01 - Independentemente das sanções penais cabíveis e da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do Artigo 87 da Lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inexecução total, ou multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial do mesmo;
- c) multa moratória de 0,33% (zero vírgula trina e três por cento) por dia de atraso na execução do contrato;
- d) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de dois anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.01 - Esta licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos do Artigo 49 da Lei régia.

11.02 - Não serão admitidas nesta licitação empresas que estiverem impedidas de licitar.

11.03 – As despesas pelas instalações dos equipamentos em distância e local determinado pelo Executivo Municipal, será por conta da empresa contratada.

11.04 - Integram esta licitação, além deste edital, os seguintes anexos de uso e observância obrigatória:

- a) Anexo I - MINUTA DO CONTRATO;
- b) Anexo II - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- c) Anexo III - MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- d) Anexo IV - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
- e) Anexo V – Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) Anexo VI – DEMONSTRATIVO DE ORÇAMENTO.

11.05 - A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

11.06 - O contrato celebrado decorrente desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no Artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Legislação em vigor e a critério da Administração do Município.

11.07 - A licitante que vier a ser contratada, obrigará-se a prestar atendimento com pessoal habilitado; com equipamentos em condições técnicas e de segurança;

11.08 - A comunicação entre contratante e contratado, se dará por escrito, quando for necessário.

11.09 - Maiores informações serão fornecidas na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo telefone (054) 3435-5366, onde o presente Edital poderá ser retirado.

Boa Vista do Sul, 22 de dezembro de 2006.

PAULO BAGATINI
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovo nos termos da Lei
Federal Nº 8.666/93
Sonali Chies – OAB/RS 49.681
Assessora Jurídica

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Vigência: de XX de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2007.
Valor: R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
Origem: Licitação Modalidade Tomada de Preços 015/06.

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua Emancipação, nº 2.470, inscrita no CNPJ/MF/Nº 01.602.022/0001-94, neste ato, representado pelo Sr. *PAULO BAGATINI*, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Emancipação, Nº 2.657, em Boa Vista do Sul, inscrito no CPF sob nº 397.015.630-53, portador da Cédula de Identidade nº 5026548049, expedida pela SSP/RS, de ora em diante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua, nº ..., na cidade de/RS, inscrita no CNPJ/MF/Nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada pelo, inscrito no CPF/MF/Nº, residente e domiciliado a Rua, nº ..., em/RS, de ora em diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como no Edital de Licitação Modalidade Tomada de Preços nº 015/06, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE E OBJETO.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade, na prestação de serviços de 1.000h (Mil horas) de trator agrícola com potência mínima de 70cv, tracionado, ano de fabricação a partir de 1995, equipado com arado de disco, subsolador, grade e ensiladeira, para atender os produtores rurais deste município, conforme descrito no processo licitatório Tomada de Preços nº 015/06, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente, suas alterações, assim como pelas condições do Edital referido.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO.

O preço estipulado entre as partes é de: R\$ XX,XX (XXXXXXXXXXXX) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ XXXX,XX (XXXXXXXXXX), conforme proposta vencedora da licitação.

Parágrafo Primeiro - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Parágrafo Segundo – A Contratada, para recebimento das parcelas, deverá comprovar o recolhimento do FGTS e INSS do mês da prestação dos serviços. Serão, ainda, processadas as retenções a título de contribuição previdenciária conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 03, de 14 de julho de 2006.

Parágrafo Terceiro - Quando a empresa tiver sua sede no Município de Boa Vista do Sul, os valores referentes ao ISSQN serão cobrados de forma mensal, de acordo com o constante no Código Tributário Municipal. Já quando a empresa for sediada em outro Município, no ato do pagamento será cobrado 2% (dois por cento) a título de ISSQN sobre o valor total da Nota Fiscal.

Parágrafo Quarto – Em caso de recomposição de preços, visando o equilíbrio econômico-financeiro, para prestação dos serviços ora contratados, esta se dará, de acordo com o Artigo 65, inciso II, letra d, da Lei federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante

solicitação por escrito da CONTRATADA e apresentação de informações (planilhas de custos), que serão analisadas pelo CONTRATANTE, as quais poderão ser aceitas ou rejeitadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO.

A despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro referente ao exercício de 2007:

ÓRGÃO	07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.
UNIDADE	02 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA.
Atividade	2084 – INCENTIVO A PROD. VEGETAL - SERVIÇOS
3.3.90.39.99.10	Serviços com Máq. e Equip. Agrícolas e Rodoviários (7262)

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS.

O preço do serviço será fixo, conforme adjudicado na proposta vencedora do certame, não havendo qualquer reajuste, durante a vigência deste contrato, salvo se for editada disposição Federal que restabeleça a indexação da economia, quando, então, será utilizado o índice ali estabelecido, que represente a inflação, reajustando-se no período legalmente autorizado pelo novo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Para atender a demanda solicitada pela Secretaria Municipal da Agricultura poderá a CONTRATADA subcontratar parte dos serviços, devendo arcar com todas as despesas, inclusive taxas, impostos e retenções.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS.

O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2007, ou enquanto houverem horas a ser realizadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO.

A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77 da Lei Federal 8.666/93, sendo que a rescisão deste contrato implicará na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS.

O CONTRATADO se sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inexecução total, ou multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial do mesmo;
- Multa moratória de 0,33% ao dia em relação ao atraso na execução dos serviços, objeto do presente Contrato;
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES.

A CONTRATADA responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a prestação do serviço pactuado, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com

empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária da CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

Elegem as partes, independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Garibaldi, RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Boa Vista do Sul, _____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL
PAULO BAGATINI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Aprovo nos termos da Lei
Federal Nº 8.666/93.
Sonáli Chies – OAB/RS 49.681
Assessora Jurídica

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

DECLARAÇÃO

DADOS DA EMPRESA: _____

NOME: _____

CNPJ/MF: _____ **INSC. ESTADUAL.:** _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para os fins da Licitação Tomada de Preços nº 015/06, que a Empresa por mim representada, não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma, não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma dos incisos III e IV, do Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

Local, _____ de _____ de 2007.

Assinatura

Nome:

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06
ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO.

CREDCIADO:

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da identidade: _____ CPF: _____

EMPRESA CREDENCIADORA

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF/Nº: _____ Insc. Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDCIADO acima qualificado, para ser seu representante na licitação Tomada de Preços nº 015/06, promovida pelo Município de BOA VISTA DO SUL, lhe conferido todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, protestar, ingressar com recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

Local, de _____ de 2007.

 Empresa Credenciadora

ANEXO IV**PROPOSTA FINANCEIRA****LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06.**

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF/Nº.: _____

Inscrição Estadual.: _____

ITEM	VALOR UNITÁRIO P/HORA TRABALHADA R\$	VALOR TOTAL
Contratação de empresa para prestação serviços de 1.000h (Mil horas) de Trator Agrícola , com operador especializado, com potência mínima de 70cv, tracionado, ano de fabricação a partir de 1999, equipado com no mínimo: arado de disco, subsolador, grade e ensiladeira fixa e móvel.		
VALOR TOTAL (POR EXTENSO) _____		

Validade da proposta: 60 dias.

Nome do Responsável: _____ Data: ___/___/___

Assinatura: _____

Carimbo: _____

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 015/06.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, ___ de _____ de _____

Assinatura

Nome:

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO VI

DEMONSTRATIVO DE ORÇAMENTO

OBJETO	CUSTO MÁXIMO
Prestação serviços de 1.000h (Mil horas) de Trator Agrícola, com operador especializado, com potência mínima de 70cv, tracionado, ano de fabricação a partir de 1999, equipado com no mínimo: arado de disco, subsolador, grade e ensiladeira fixa e móvel, para atender os produtores rurais deste município, dentro do Programa de Silagem e Preparo do Solo para plantio da Safra 2007, da Secretaria Municipal de Agricultura, regulamentado pelo Decreto N° 059/06, de 13 de dezembro de 2006.	R\$ 65.000,00